

Slide 1

LBO TELA DESCANSO

Larissa Britos Approach; 2025-02-25T20:13:06.541



EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E O DESAFIO DA TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

março/2025









OBJETIVOS

- Eleger, dentre os candidatos, até 70 delegados que representarão o Estado de São Paulo na 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, observando os critérios estabelecidos no regulamento.
- Priorizar propostas para o enfrentamento da emergência climática no Estado e escolher
 20 propostas (4 por eixo temático).

5 EIXOS TEMÁTICOS

ADAPTAÇÃO E

MITIGAÇÃO PREPARAÇÃO PARA JUSTIÇA CLIMÁTICA TRANSFORMAÇÃO GOVERNANÇA E

DESASTRES

DESASTRES

REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

PREVENÇÃO DE RISCOS E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES

SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES

DANOS

SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES

CARBONO E MAIOR INCLUSÃO SOCIAL









- Participação de 175 municípios em São Paulo
- Mais de 1.200 delegados titulares e suplentes foram eleitos
- No total, foram elaboradas e submetidas 727 propostas, organizadas e sistematizadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA e compiladas em 249 propostas dentro dos 05 Eixos Temáticos.







Conferência Estadual do Meio Ambiente

- Na Conferência Estadual, as 249 propostas foram debatidas por todos os delegados inscritos, direcionados em 34 Grupos de Trabalho, para a priorização de 38 propostas.
- Todos os delegados inscritos puderam votar e selecionar <u>quatro</u> propostas prioritárias em cada um dos cinco Eixos Temáticos.
- Ao final, foram apuradas as 20 propostas mais votadas, que serão enviadas ao MMA para a Conferência Nacional de Meio Ambiente.
- Foram eleitos 70 Delegados titulares e 15 suplentes, para representar o estado na etapa nacional.









Eixo	Propostas votadas na plenária da 5ª Conferência Estadual de Meio Ambiente	Votos
Eixo 1 - Mitigação	Efetivar, com espécies nativas regionais, a restauração ecológica (de solo, flora, fauna, recursos hídricos, matas ciliares), a formação de corredores ecológicos, a recuperação prioritária de áreas em processo de degradação, degradadas e de interesse ambiental, a implantação das práticas agroecológicas e a arborização urbana, apoiadas por instrumentos de controle e monitoramento.	325



OBJETIVOS

Eixo 1 - Mitigação

Condicionar financiamentos federais ao planejamento 256 local e regional de cidades sustentáveis, considerando: eficiência energética, fiscalização ambiental, conservação e restauração de Áreas de Preservação Permanentes - APP´s, nascentes e corredores ecológicos, incentivo a cidades compactas ou polinucleadas, agricultura familiar e hortas urbanas e enfrentamento da vulnerabilidade socioambiental.









Eixo 1 - Mitigação	Elaborar e executar plano de gestão de resíduos com planos de ações setoriais, a partir do estabelecimento de metas, incentivos, métodos fiscalizatórios, multas, sanções, e	255
	inelegibilidade de financiamento público, para promover: a separação em três frações; contratação de catadoras(es) na coleta; criação de cooperativas regionais de reciclagem;	
	ecopontos descentralizados; educação ambiental; compostagem; logística reversa.	









Eixo	Propostas votadas na plenária da 5ª Conferência Estadual de Meio Ambiente	Votos
Eixo 1 - Mitigação	Realizar planejamento territorial, visando a mitigação dos efeitos climáticos a nível regional, municipal e de bacia hidrográfica, com soluções baseadas na natureza, com o pagamento por serviços ambientais, edificações sustentáveis integradas, áreas urbanas permeáveis, bosques, praças e áreas verdes, para a redução de enchentes e proteção dos recursos hídricos, bem como a criação de sistemas agroflorestais,	288
	promovendo a proteção da fauna, flora, solo e águas.	

OBJETIVOS



318

Eixo 2 - Adaptação e preparação para desastres

Implantar infraestruturas verdes com soluções baseadas na natureza para otimizar a drenagem, promovendo a infiltração da água, reduzindo enchentes e ilhas de calor, priorizando regiões mais vulneráveis com participação social garantida pela avaliação dos conselhos na decisão das obras, com transparência e dotação orçamentaria exclusiva.







Conferência Estadual do Meio Ambiente

256

OBJETIVOS

Eixo 2 - Adaptação e preparação para desastres

Desenvolver um plano regional participativo de conectividade ecológica, criando corredores verdes para a biodiversidade entre áreas rurais e urbanas, incentivando o reflorestamento estratégico com infraestrutura que possibilite o deslocamento seguro de animais silvestres com transparência e dotação orçamentaria exclusiva.







OBJETIVOS



242

Eixo 2 - Adaptação e preparação para desastres

Fortalecer ações de combate a crise hídrica e incêndios, levando em consideração as culturas agrícolas locais, com Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, e criação de um programa de emprego de interesse público comunitário, promovendo o controle ambiental participativo, visando a conservação do solo e a restauração de Áreas de Preservação Permanentes – APP's, áreas verdes e Áreas de Reserva Legal - RL.







OBJETIVOS



225

Eixo 2 - Adaptação e preparação para desastres

Desenvolver, estabelecer, regulamentar e implementar redes, regionais e locais, fortalecendo o sistema de defesa civil, a participação de núcleos comunitários e brigadas populares, formando um comitê executivo e integrado entre sociedade civil e governo, visando capacitação, educação, monitoramento, gestão, prevenção, resposta e reconstrução para enfrentamento de desastres e eventos severos.









281

OBJETIVOS

Eixo 3 - Justiça climática

Ampliar as formas de financiamento e fortalecer os mecanismos de controle social dos fundos públicos destinados ao enfrentamento às emergências climáticas, contemplando os estados e municípios que apresentem e deem ampla publicidade ao Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) ao mapeamento participativo dos territórios e das populações vulneráveis, a fim de priorizá-las e promover o acesso à energia renovável e descentralizada.









265

OBJETIVOS

Eixo 3 - Justiça climática

Implementar política pública e adaptação climática e assistência social que forneça capacitação, apoio técnico e financeiro para que comunidades vulneráveis produzam alimentos agroecológicos para sua segurança alimentar e geração de renda, em áreas urbanas e periurbanas, de forma integrada com cisterna, biorreatores anaeróbios, jardins filtrantes, composteiras, Sistemas Agroflorestais - SAF's, árvores e pomares nativos.









	Constituir políticas públicas com investimentos em	244
Eixo 3 - Justiça	recuperação e preservação ambiental, criando	
climática	Unidades de Conservação - UC´s, viveiros de espécies nativas,	
	corredores ecológicos, áreas verdes, arborização,	
	agroflorestas, proteção de mananciais e rios, abarcando	
	biomas terrestres e costeiros, com prioridade nas áreas e	
	populações vulneráveis e periféricas, avaliadas por índices de	
	área verde	
	por habitante, por unidade territorial, envolvendo áreas	
	urbanas, periurbanas e rurais.	



240

OBJETIVOS

Eixo 3 - Justiça climática

Estabelecer um programa interfederativo de governança, com incentivos técnicos e financeiros, para implementação da agenda 2030, objetivando reduzir as desigualdades socioambientais e mitigar injustiças climáticas e o racismo ambiental. Os incentivos serão concedidos por meio de metas e ações progressivas, definidas localmente, garantindo participação social e territorialidade.









OBJETIVOS

Eixo 4 Transformação
ecológica

Fomentar a economia circular, especialmente a logística reversa e agroecologia, por meio da redução, reutilização, reciclagem 261 com benefícios fiscais, ecopontos, coleta seletiva com educação ambiental e garantir ações de controle e fiscalização federal sob responsabilidades do setor público, privado e consumidores aplicando e fazendo cumprir à legislação vigente.









239

OBJETIVOS

Eixo 4 -
Transformação
ecológica

Promover à transição para construções sustentáveis públicas e privadas com soluções baseadas na natureza, tecnologias limpas e insumos ecológicos preferencialmente regionais, através de políticas verdes, economia circular e legislações próprias com diretrizes compatíveis com o ecossistema. Incentivar à inclusão social e à segurança habitacional, em especial para habitações de interesse social.









285

OBJETIVOS

Eixo 4 Transformação
ecológica

Garantir segurança hídrica por meio de políticas ambientais, baseadas em estudos técnicos eficientes, considerando a água um bem inviolável, incentivando redução de perdas no abastecimento, eliminando as cargas poluidoras, em áreas urbanas e rurais, para fundamentar a gestão sustentável das águas superficiais e subterrâneas, priorizando as Áreas de Preservação Permanente - APP's nas práticas de conservação, restauração ambiental, Pagamento por Serviços Ambientais -PSA e manejo adequado de pastagens, respeitando o ecossistema.



270

OBJETIVOS

Eixo 4 Transformação
ecológica

Instituir a taxação dos grandes emissores para desenvolver políticas públicas que incentivem a implantação de infraestrutura verde e unidades de conservação em áreas públicas e privadas, com prioridade para comunidades vulneráveis, e ampliar os mecanismos de fiscalização e transparência com participação de conselhos deliberativos junto à sociedade civil.









OBJETIVOS

Eixo 4 Transformação
ecológica

Fomentar a economia circular, especialmente a logística reversa e agroecologia, por meio da redução, reutilização, reciclagem 261 com benefícios fiscais, ecopontos, coleta seletiva com educação ambiental e garantir ações de controle e fiscalização federal sob responsabilidades do setor público, privado e consumidores aplicando e fazendo cumprir à legislação vigente.









239

OBJETIVOS

Eixo 4 Transformação
ecológica

Promover à transição para construções sustentáveis públicas e privadas com soluções baseadas na natureza, tecnologias limpas e insumos ecológicos preferencialmente regionais, através de políticas verdes, economia circular e legislações próprias com diretrizes compatíveis com o ecossistema. Incentivar à inclusão social e à segurança habitacional, em especial para habitações de interesse social.







OBJETIVOS



401

Eixo 5 - Governança e educação ambiental Efetivar a obrigatoriedade da educação ambiental em todos os níveis de ensino, com participação popular e dotação orçamentária adequada, em perspectiva interseccional, territorial, transversal e crítica, com obrigatoriedade da formação inicial e continuada de profissionais de educação, em cumprimento das leis 9.795/1999, 10.639/2023 e 11.645/2008, valorizando conhecimento dos povos tradicionais e criando centros de educação ambiental locais, com metas anuais em consonância com os 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.









373

OBJETIVOS

Eixo 5 Governança e
educação
ambiental

Fomentar e incentivar programas locais de composição de centros de educação ambientais descentralizados para formação de agentes comunitários multiplicadores diversos, com atuação remunerada, para atividades de sensibilização e mobilização popular conforme projetos políticos pedagógicos construídos colaborativamente nos territórios dentro de um sistema único de educação socioambiental.







OBJETIVOS



338

Eixo 5 - Governança e educação ambiental Implementar planos, programas e projetos de Educação
Ambiental - EA nos municípios de forma participativa, com
garantia e obrigatoriedade de recursos orçamentários
específicos em todos os níveis, em conformidade com a Política
Nacional de Educação Ambiental - PNEA, que promovam:
enfoque nas mudanças climáticas; fortalecimento de iniciativas
coletivas; valorização e protagonismo dos diferentes saberes e
realidades locais; e, controle social dos recursos.









274

OBJETIVOS

Eixo 5 - Governança e educação ambiental Fortalecer políticas públicas ambientais nas esferas de governo por meio de: orçamento constitucional, vinculado aos fundos de Meio Ambiente - MA; criação de conselhos municipais de Meio Ambiente - MA deliberativos garantindo participação social, com povos e comunidades tradicionais e movimentos populares; valorização das carreiras públicas em Meio Ambiente - MA e novos concursos; leis de incentivo fiscal para projetos socioambientais locais.











Secretaria de SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO

EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS



Pessoas mais afetadas: populações negras, indígenas e quilombolas, crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência ou vulnerabilidade social.

COMO MITIGAR OS EFEITOS DOS EVENTOS CLIMÁTICOS **EXTREMOS?**

Planejamento para assegurar que comunidades e territórios vulnerabilizados estejam protegidos por meio de uma infraestrutura adequada.

Garantir que as vozes e demandas de populações vulnerabilizadas sejam incorporadas nas políticas climáticas, promovendo justiça social e ambiental.

Investir em políticas que assegurem alternativas de moradias dignas, seguras e sustentáveis, para reduzir os riscos gerados pela crise climática.

Quais são os eventos climáticos extremos?



Fonte: ONU ACCNUR (2023)



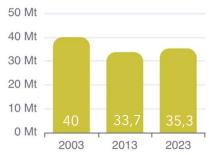


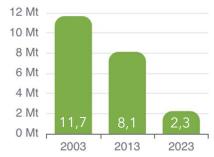


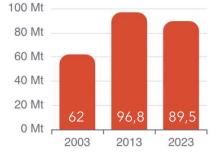


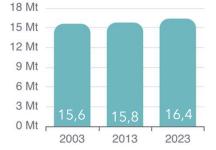
EMISSÕES TOTAIS LÍQUIDAS ALOCADAS: 2003 A 2023 (MtCO2e)

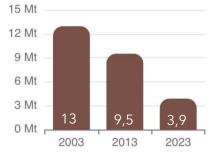


















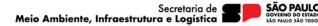




Fonte: SEEG (2024)



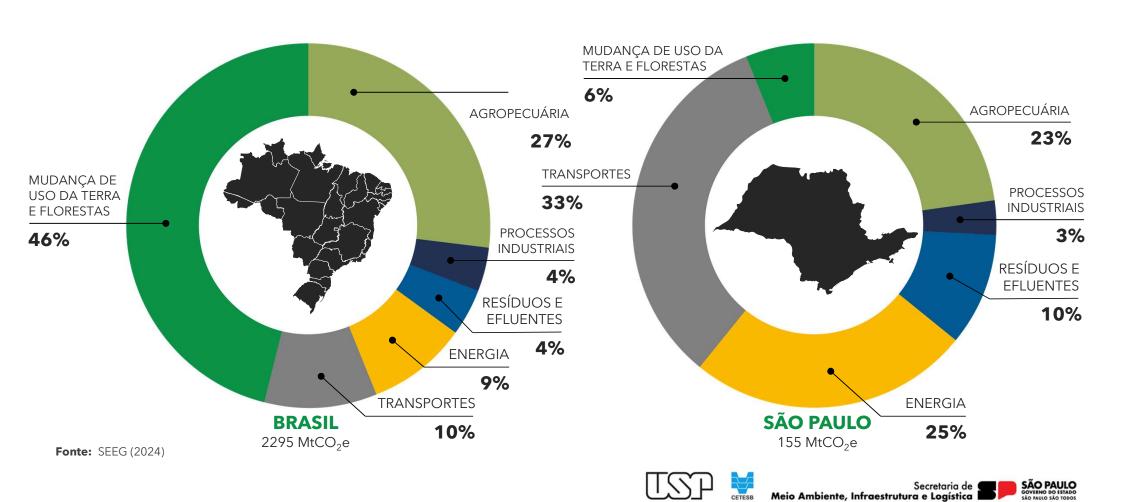




PERFIL DE EMISSÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMISSÕES LÍQUIDAS EM 2023 (MtCO2e)





ESTRATÉGIA CLIMÁTICA DE SÃO PAULO









MITIGAÇÃO

- Reduzir as emissões de gases de efeito estufa para limitar o aquecimento global
- Reduzir o desmatamento e queimadas
- Promover a agropecuária de baixo carbono
- Promover a geração de fontes diversificadas de energia e combustíveis

O que pode ser feito para reduzir as emissões de gases de efeito estufa?



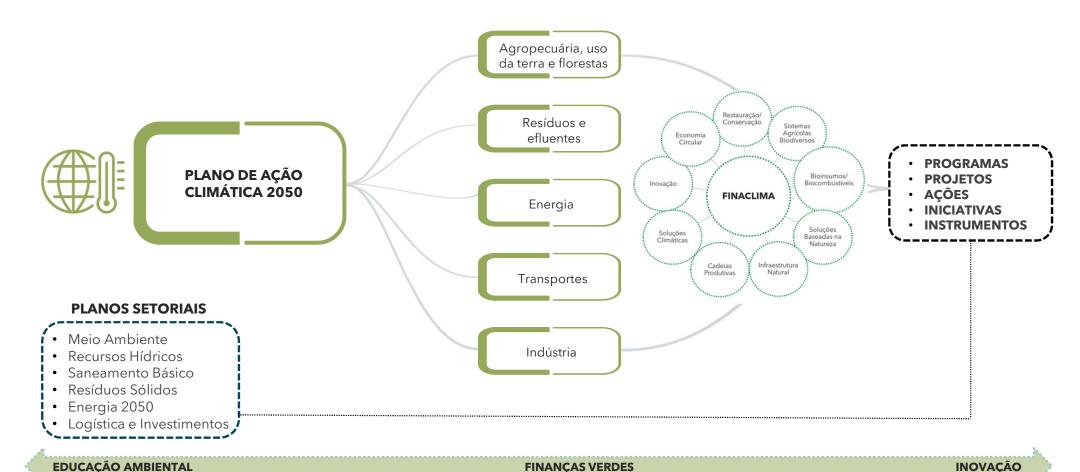




MITIGAÇÃO

PLANO DE AÇÃO CLIMÁTICA 2050 - SETORES







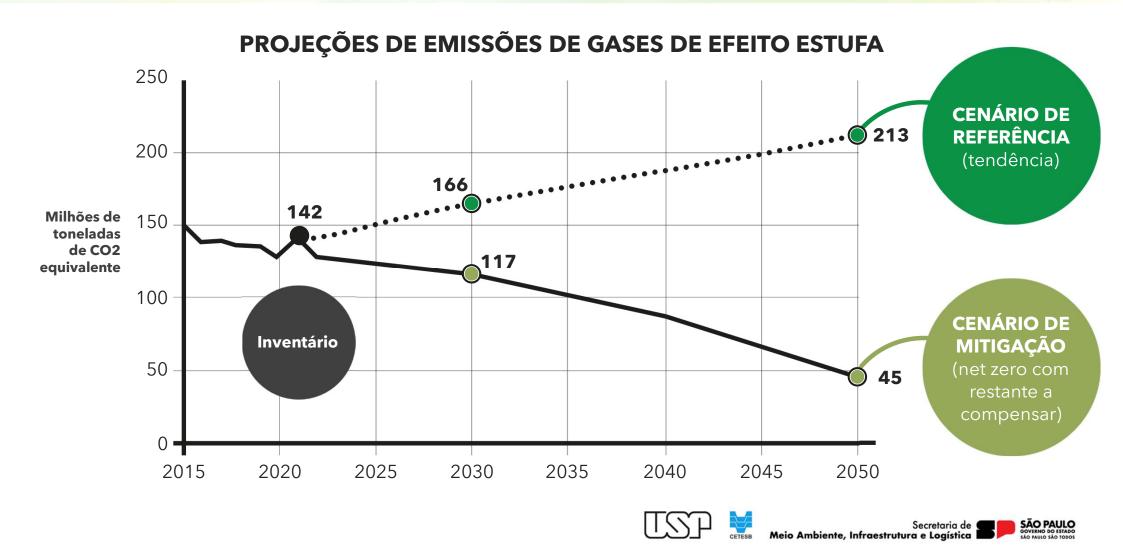




MITIGAÇÃO

PLANO DE AÇÃO CLIMÁTICA 2050 - PROJEÇÕES DE EMISSÕES





MITIGAÇÃO

ENERGIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

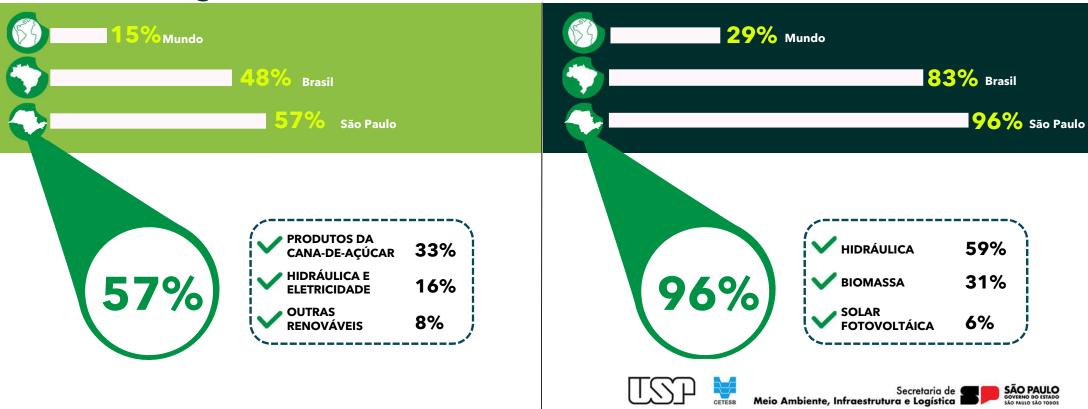


MATRIZ ENERGÉTICA: abrange toda a oferta de energia, isto é, eletricidade e combustíveis

MATRIZ ELÉTRICA: corresponde à produção de eletricidade dentro do Estado

Matriz Energética Renovável (2022)

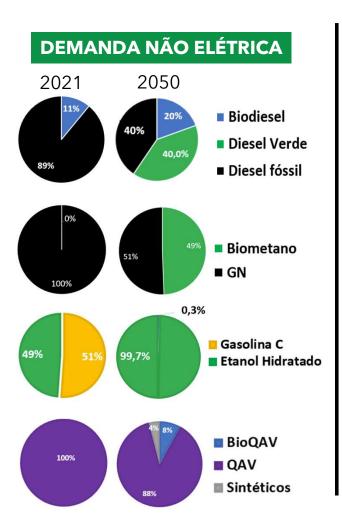
Matriz Elétrica Renovável (2022)

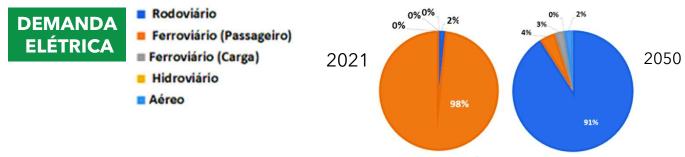


MITIGAÇÃO

DEMANDA DO SETOR DE TRANSPORTES NO ESTADO DE SÃO PAULO

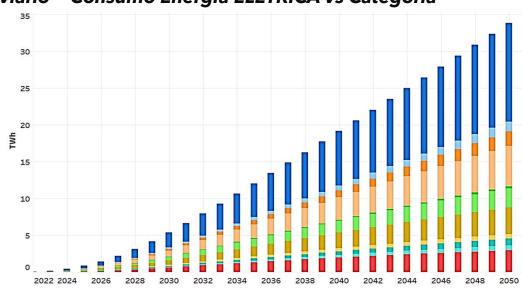






Modal Rodoviário - Consumo Energia ELÉTRICA vs Categoria









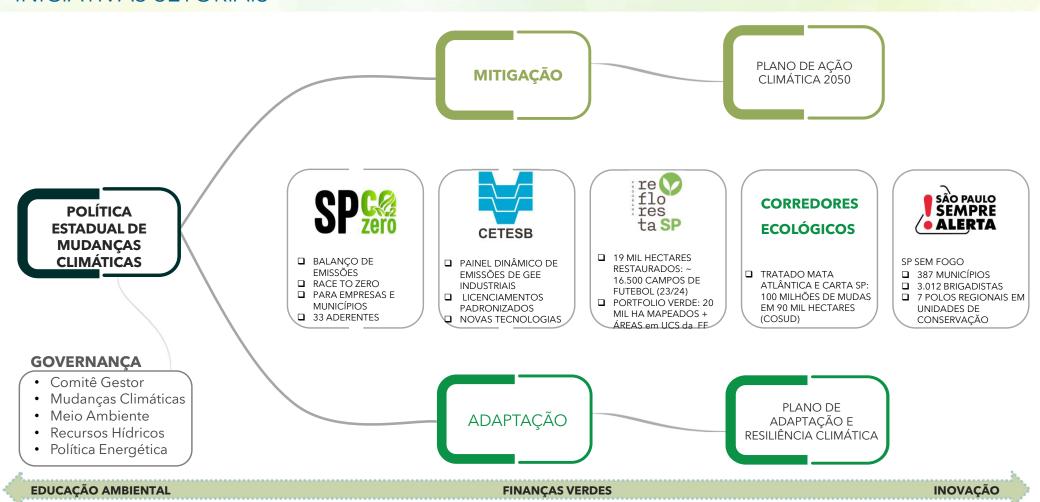






MITIGAÇÃO INICIATIVAS SETORIAIS









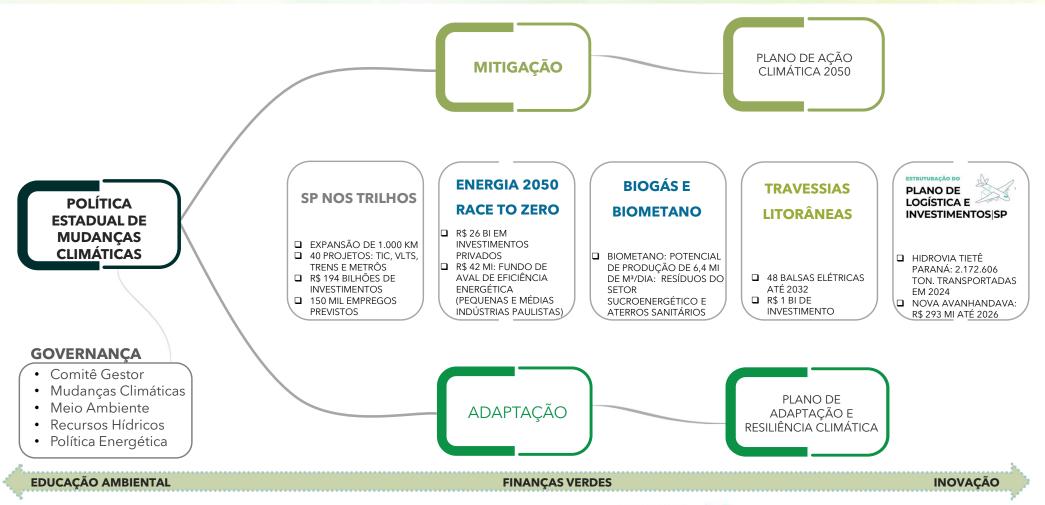






MITIGAÇÃO INICIATIVAS SETORIAIS



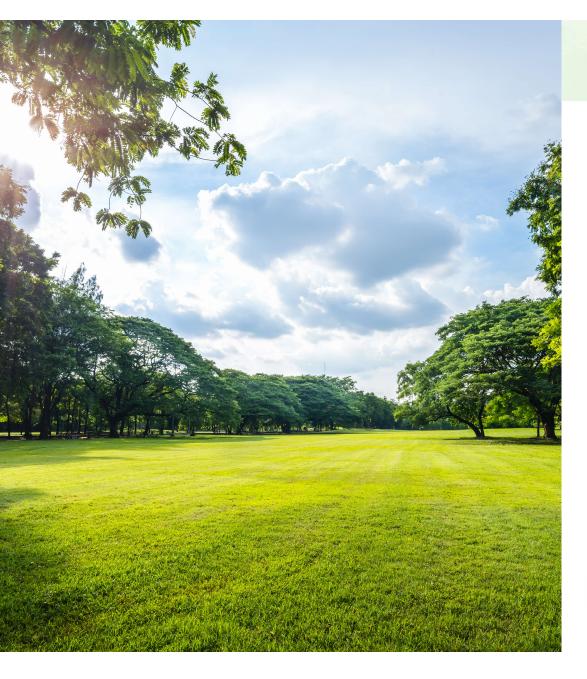














Prevenir riscos de impactos e reduzir perdas e danos causados pelos eventos extremos, como enchentes, secas e deslizamentos. Aumentando assim a resiliência das populações e ecossistemas às mudanças climáticas.

O que pode ser feito para prevenir riscos e reduzir perdas e danos ocasionados pela mudança do clima?

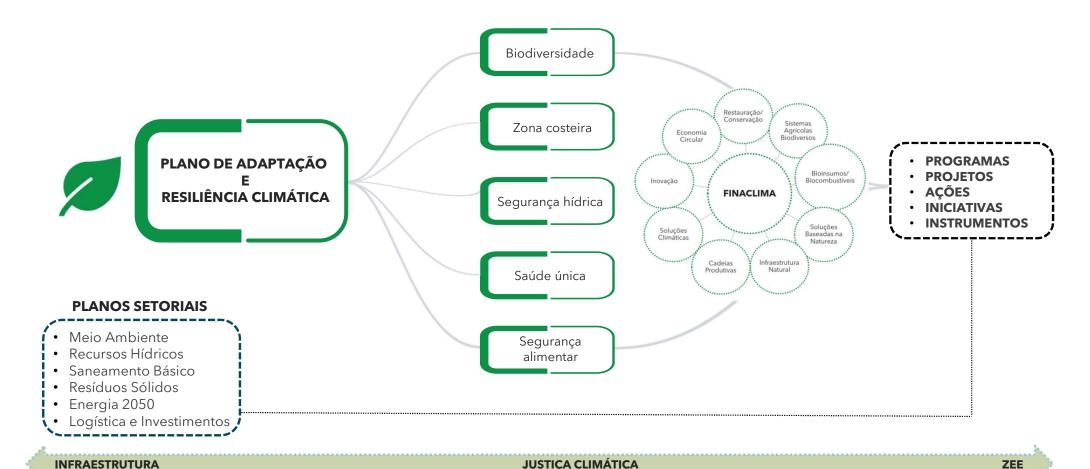






PLANO DE ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA





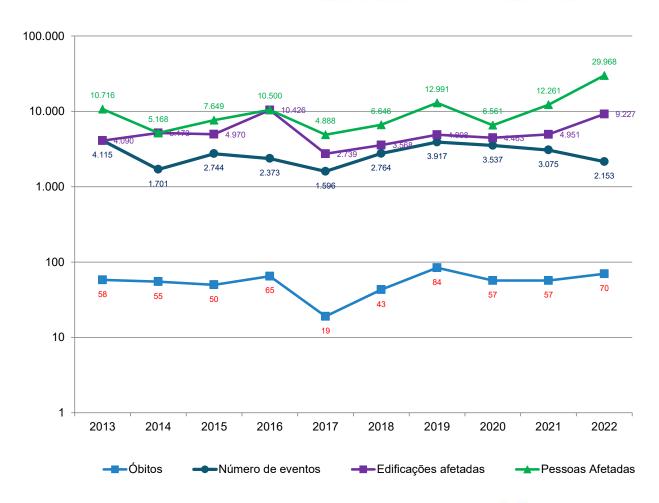






NÚMERO DE EVENTOS E DANOS NO ESP ENTRE 2013 E 2022

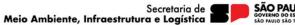




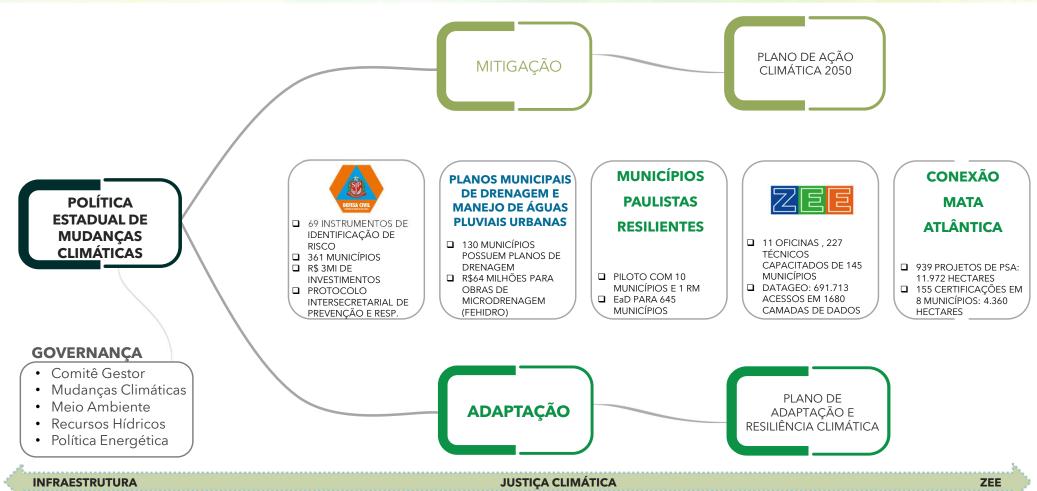










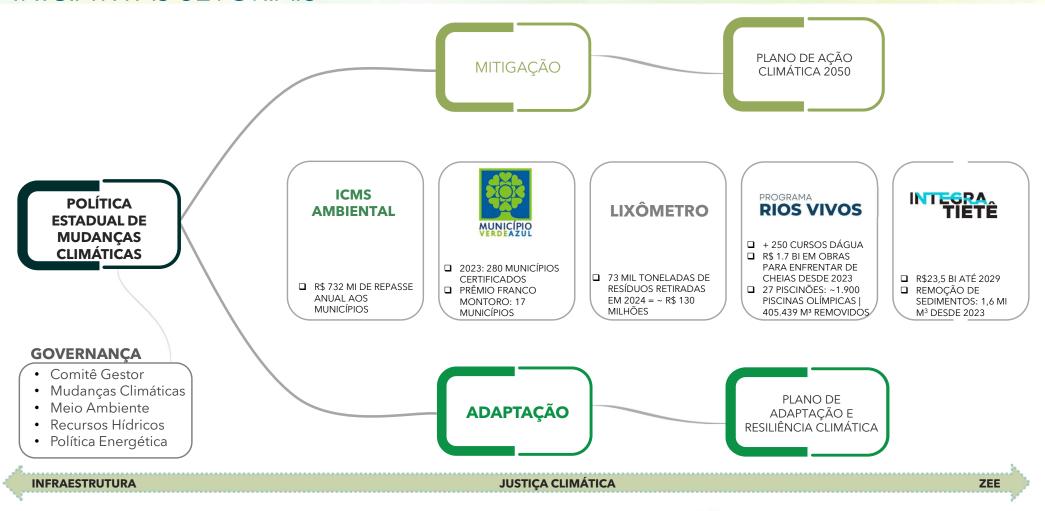








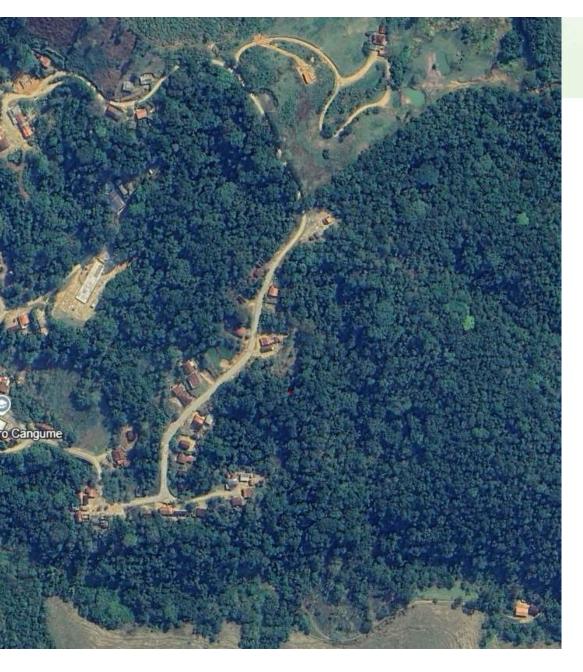














JUSTIÇA CLIMÁTICA

Assegurar que os impactos das mudanças climáticas não aprofundem as desigualdades existentes na sociedade.

Assegurando que as populações mais vulneráveis que geralmente menos contribuem com a emissão de GEE e que sofrem os maiores impactos das mudanças climáticas tenham acesso a recursos e proteção adequada.

O que pode ser feito para superar as desigualdades agravadas pela mudança do clima?

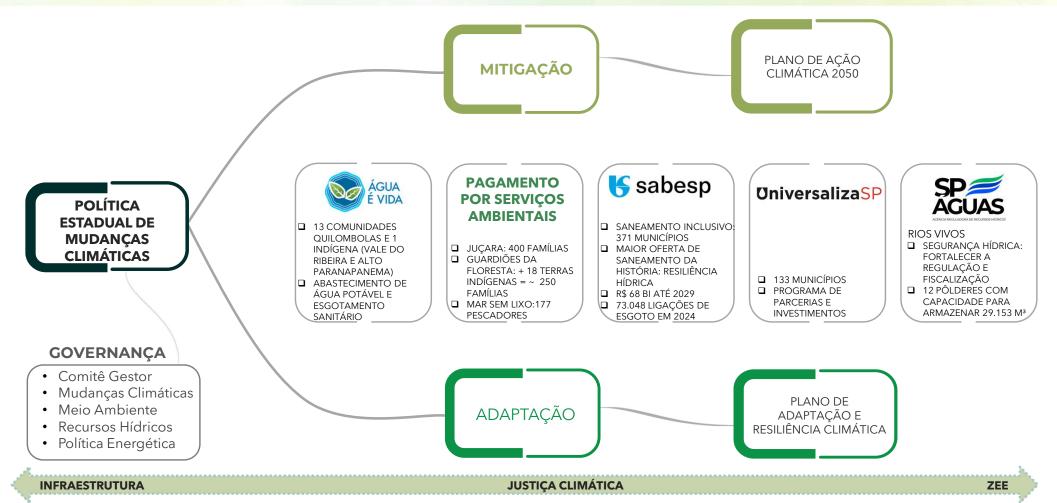






JUSTIÇA CLIMÁTICA











JUSTIÇA CLIMÁTICA















TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Transição para uma economia de baixo carbono, com inclusão social, inovação tecnológica e conservação ambiental, criando novas oportunidades econômicas.

O que pode ser feito para alcançar uma economia de baixo carbono, gerando inclusão social?

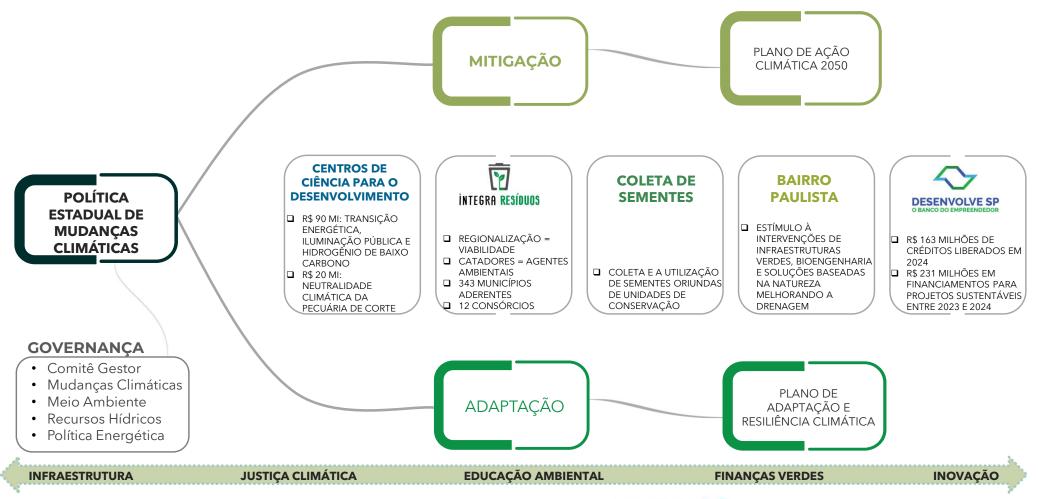






TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

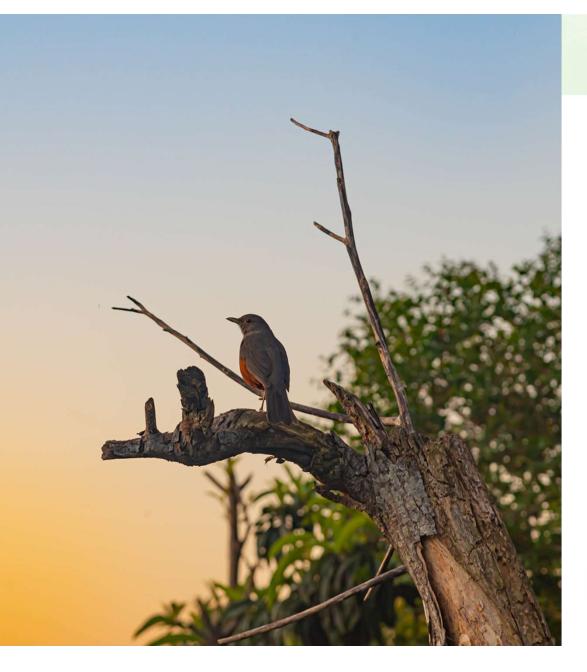














GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Melhorar a articulação entre diferentes níveis de governo, estimular a participação social e engajar a sociedade civil na criação e implementação de políticas climáticas.

O que pode ser feito para fortalecer a governança multinível e ampliar a conscientização e participação social nas políticas climáticas?







GOVERNANÇA CLIMÁTICA

CONSELHO ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

1



✓ Consultivo e tripartite

✓ Articulação externa

 Acompanha a implementação e monitora a execução da Política Estadual de Mudanças Climáticas

Associação Nacional de Municípios

e Meio Ambiente - Anamma

Região Metropolitana de

São Paulo

Região Metropolitana da

Baixada Santista

✓ Recomendações ao Comitê Gestor

	GOVER ESTADI			
MUNICÍPIOS		SC SC	OCIEDADE CIVIL	•

Titulares: Instituto Conservação Costeira - ICC, AESABESP, UNESP e UNICAMP Suplentes: Instituto Internacional ARAYARA, Sociedade Rural Brasileira - SRB, IAG/USP e USP





Organizações socioambientais com atuação na área de mudanças climáticas



Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp







GOVERNANÇA CLIMÁTICA

COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS



- ✓ Articulação interna do Executivo Estadual
- ✓ Tomada de decisões
- ✓ Estabelecimento de diretrizes
- ✓ Recebe recomendações do CEMC e colegiados setoriais
- ✓ Implementação de planos, programas e projetos



MEMBROS:

Casa Civil

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (coordenação)

Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

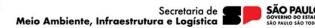
Secretaria da Fazenda e Planejamento

Secretaria da Saúde

Casa Militar, representada pela Defesa Civil







GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL









